

Coletivo como método: experiências de coletivos feministas universitários

Luciana Fernandes

Orientação: Prof. Dr. Pedro Lopes (Escola da Cidade).

Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa do Programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade, Escola da Cidade, 2023.

Este artigo se debruça sobre a atuação do Coletivo Feminista Carmen Portinho no debate acerca de violências de gênero na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade. Para isso, investigou-se as semelhanças entre sua história e as experiências do Coletivo Feminista Mayumi Watanabe, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e do Coletivo Feminista Zaha, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mack), tratando-se, então, de uma sistematização das

estratégias utilizadas no enfrentamento a violências e desigualdade de gênero pelas mulheres arquitetas no campo profissional e acadêmico. Para isso, parte-se do entendimento de gênero enquanto campo estruturante nas relações de poder, tratando de considerar os conflitos de gênero no meio acadêmico como parte basilar na produção de conhecimento, localizando esse quadro em um amplo cenário em que se debate a presença feminina e a atuação feminista no meio da Arquitetura e Urbanismo em diferentes escalas.

Palavras-chave: Coletivo estudantil; gênero; arquitetura e urbanismo.

Collective as a method: experiences of feminist collectives in universities

This article focuses on the actions of the Coletivo Feminista Carmen Portinho in the debate about gender-based violence at the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade. We investigate the similarities between its history and the experiences of the Coletivo Feminista Mayumi Watanabe, at the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), and the Coletivo Feminista Zaha, affiliated with the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mack), thus providing a systematization of the strategies used in addressing gender-based violence and inequality by women architects in both professional and academic fields. The understanding of gender as a structuring factor in power relations is considered, thus examining gender conflicts in the academic environment as fundamental to the production of knowledge, situating this framework within a broader context that discusses the presence of women and feminist action in the field of Architecture and Urbanism at various scales.

Keywords: Student collective; gender; Architecture and Urbanism.

Colectivo como método: experiencias de colectivos feministas en universidades

Este artículo se centra en la actuación del Colectivo Feminista Carmen Portinho en el debate sobre violencia de género en la Facultad de Arquitectura e Urbanismo da Escola da Cidade. Para ello, se investigan las similitudes entre su historia y las experiencias del Colectivo Feminista Mayumi Watanabe, de la Facultad de Arquitectura e Urbanismo de la Universidad de São Paulo (FAU-USP), y del Colectivo Feminista Zaha, vinculado a la Facultad de Arquitectura e Urbanismo de la Universidad Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mack). Así, se sistematizan las estrategias utilizadas para enfrentar la violencia y la desigualdad de género por parte de las mujeres arquitectas en el ámbito profesional y académico. Partimos del entendimiento del género como un campo estructurante en las relaciones de poder, considerando los conflictos de género en el ámbito académico como parte fundamental en la producción de conocimiento, situando este panorama en un amplio contexto en el que se debate la presencia y actuación feminista en el campo de la Arquitectura y Urbanismo en diferentes escalas.

Palabras clave: Colectivo estudiantil; género; arquitectura y urbanismo.

1. APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa abordou a trajetória do Coletivo Feminista Carmen Portinho no contexto das relações de gênero e poder entre docentes, discentes e funcionários na Associação Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O estudo se concentrou nas práticas da organização horizontal estudantil sobre a pauta da violência de gênero, explorando sua história, dinâmicas e impacto dentro da instituição. Além disso, procurou compreender a atuação de coletivos feministas em outras faculdades de Arquitetura e Urbanismo, comparando e relacionando experiências em suas semelhanças e diferenças, com o objetivo de sistematizar e refletir sobre as estratégias que estudantes arquitetas utilizam para enfrentar desigualdades de gênero no âmbito profissional e acadêmico.

No ano de 2019, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) publicou uma visão inédita sobre a presença da mulher na Arquitetura e Urbanismo. No mesmo ano, o CAU/BR formou a Comissão Temporária de Equidade de Gênero, que realizou o “1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo”, publicado em 2020. Essa segunda pesquisa, reitera a desigualdade entre homens e mulheres nesse campo profissional e, ainda, revela os atravessamentos de raça nessas relações. As pesquisas apontam que, mesmo em maior número total, as mulheres representam a minoria nos cargos de autoridade ou entre vencedores de prêmios de concursos públicos, têm rendimento médio salarial mais baixo, e estão mais suscetíveis a sofrer assédio sexual, moral e discriminação de gênero no ambiente de trabalho.

Um dado importante colocado na primeira pesquisado CAU/BR, de 2019, é a tendência de aumentar, ainda mais, a predominância feminina no campo profissional da arquitetura e urbanismo, uma vez que 67% das estudantes de graduação são mulheres. Nesse sentido, a análise das relações de gênero deve se voltar também para o meio acadêmico, identificando de que forma essas desigualdades estão presentes nas estruturas da faculdade de arquitetura de urbanismo e como se projetam para fora dela.

Localizada no centro da cidade de São Paulo, a Escola da Cidade é uma faculdade particular de arquitetura e urbanismo

fundada em 2001 pela Associação Escola da Cidade. No ano de 2014, formou-se, na Escola da Cidade, o Coletivo Feminista Carmen Portinho, organizado por estudantes a partir de pautas que envolviam conflitos de gênero no meio acadêmico. Mesmo anos antes dos dados divulgados pelo CAU/BR, as participantes do coletivo pensavam sobre a realidade que viviam, como o fato de, por exemplo, a faculdade ser composta majoritariamente por mulheres, mas em sala de aula apenas lhes serem apresentadas arquitetos homens como referência de conhecimento. A busca por respostas, por outras referências e por outras formas de se produzir arquitetura foi o que levou o coletivo a promover diversas oportunidades de despertar o tema na comunidade acadêmica, como por meio de palestras, rodas de conversa, grupos de estudos e espaços de acolhimento. O próprio nome dado ao coletivo surgiu de uma experiência de revisão historiográfica sobre aquilo que lhes era ensinado em sala de aula. Carmen Portinho (1903-2001) foi engenheira e a primeira mulher urbanista no Brasil, fazia muitas parcerias com seu marido, o arquiteto Affonso Reidy, o qual assinava os projetos que, então, ficaram conhecidos nacional e internacionalmente apenas pelo seu nome.

Nessa mesma época, outros coletivos feministas estudantis também estavam sendo criados¹ Esse momento de demanda das estudantes ocorreu em decorrência de casos de assédio ou então de uma necessidade de mudança de currículo, sendo parte de uma conjuntura ainda mais ampla do movimento feminista no Brasil e no mundo. Os coletivos reivindicavam melhores condições para a formação profissional dos arquitetos e arquitetas, entendendo a importância da temática de gênero ser tratada dentro da instituição como uma forma de se fazer uma arquitetura crítica ao que estava sendo produzido até então, abrindo espaço para a possibilidade de uma arquitetura mais diversa e inclusiva.

Dessa maneira, todas essas ações levaram a uma transformação para além das estudantes que integravam os coletivos. Conforme as alunas expunham suas demandas, a instituição era pressionada a dar uma resposta, fosse ela positiva ou negativa, o que movimentou as relações e

as discussões acerca de gênero dentro do ambiente acadêmico.

2. ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS E FEMINISMO

É de extrema importância que se entenda esse processo como uma reflexão acerca das estruturas que moldam as relações na faculdade e, mais ainda, como resultado de uma iniciativa de estudantes mulheres da graduação organizadas em um coletivo feminista articulado na instituição. As experiências relatadas nesta pesquisa, traçaram um vínculo direto entre as demandas e ações do Coletivo e a própria história da Associação Escola da Cidade, que é transformada por essas estudantes e pelos seus desejos de uma outra forma de se vivenciar a academia e a arquitetura e urbanismo.

Em seu livro "Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade", Heloisa Buarque de Hollanda (2018) analisa o movimento feminista na atualidade a partir de diferentes frentes em que isso se manifesta. Denominando de feminismo de quarta onda, em referência aos momentos de grande evidência da atuação política de mulheres em décadas passadas, a autora também se dedica a compreender a forma como a questão de gênero atravessa as universidades no século XXI. Com isso, identifica os coletivos feministas estudantis como "organizadores de ações descentralizadas cujas decisões são compartilhadas e apartidárias" (HOLLANDA; MORAES; FARIAS, 2018, p.218), pontos centrais para iniciar a discussão.

Heloisa Buarque de Hollanda, Andrea Moraes e Patrícia Silveira de Farias reconhecem os coletivos feministas, que surgem em massa a partir da década de 2010, como estratégias de luta para a abordagem de pautas feministas no ambiente universitário. Sobre isso, discorrem acerca da importância da experiência compartilhada entre mulheres, capaz de dar consistência a um discurso coletivo que, pela própria identificação, ganha força e voz no ambiente acadêmico. Assim, as mulheres deixam de passar por desconfortos e violências em silêncio ou sozinhas. A intervenção e o potencial de transformação tornam-se ainda mais potentes por serem, justamente, coletivos. Como observa Andréa Lopes:

Acho que, em termos de gênero, os coletivos são uma novidade. Já as mulheres na academia não são. Desde a primeira onda já havia mulheres na academia. Para mim, os coletivos representam uma crise das instituições; as instituições não representam mais as pessoas. [...] Nesse sentido, os coletivos são menos hierárquicos, mais dialógicos. E pensam menos em grandes causas do que nas questões locais, imediatas. (VIEIRA *apud* HOLLANDA, 2018, p.216)

Ao falar da experiência feminina nas faculdades, Heloisa Buarque de Hollanda também aponta para a questão da violência de gênero como fator determinante sobre essas vivências. A autora aponta para a pesquisa divulgada pelo Instituto Avon, o qual revelou que 56% das universitárias entrevistadas já sofreram assédio sexual no contexto acadêmico, sendo que 63% relatam não ter reagido no momento em que sofreram a violência (INSTITUTO AVON; DATA POPULAR, 2015).

Fica evidente a importância da organização dos coletivos feministas nas universidades, já que são o ponto focal de articulação das estudantes em enfrentamento a essas violências cotidianas. Por meio de coletivos, essas mulheres identificam que suas questões não dizem respeito a uma experiência individual, mas sim a uma condição estrutural das instituições e da sociedade, em que o potencial de transformações também se encontra nas trocas e ações coletivas.

A revista científica do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Central da Colômbia, "Nômaditas", se debruçou sobre esse tema em sua 51ª edição (jul./dez. 2019), com o título Violencias de género en las universidades. Nela, diversos artigos trazem estudos de caso e contextos amplos sobre conflitos de gênero no ambiente acadêmico, reforçando os agentes envolvidos e protocolos institucionais. Em um dos artigos, a professora Sarah Valentina Forero Bustamante parte das experiências de cinco universidades, públicas e privadas, da Colômbia e das ações de seus respectivos coletivos feministas para compreender o combate à violência de gênero na faculdade, por meio da formalização de documentos de enfrentamento a tais condutas.

A ação coletiva pode se manifestar principalmente de três formas: violenta, convencional ou disruptiva; ela tem três fontes de poder: a capacidade de desafiar as autoridades, de gerar incerteza e de incentivar a solidariedade; e seu sucesso depende da possibilidade de explorar oportunidades políticas e de criar estruturas para a ação coletiva (TARROW, 1997). O que se segue é uma descrição dos processos de adoção de medidas para responder às violências nas cinco universidades e sua relação com as categorias que definem a ação coletiva, evidenciando seu papel chave na adoção de compromissos institucionais. (BUSTAMANTE, 2019, p.247, tradução nossa)²

Desse modo, é possível reconhecer, assim como apontado por Heloisa Buarque de Hollanda (2018), que os coletivos surgem como uma alternativa diferenciada de se engajar em formas de fazer pesquisa, arte, política e intervenções, bem como de impulsionar transformações institucionais. Além de buscarem novas referências em aprofundamentos de estudos, resgatando nomes apagados, como de Carmen Portinho, os coletivos também se destacam pela luta por políticas de permanência na faculdade, garantindo a segurança e o bem-estar das mulheres presentes na instituição. São essas disputas por discursos e por existência que transformam o meio acadêmico a partir de suas bases para todo o campo profissional.

Comprometer-se com a segurança e saúde das alunas de uma forma nunca atestada significa projetar uma nova geração de profissionais que, por sua vez, serão novas agentes sobre a produção de conhecimento no futuro. Na arquitetura e no urbanismo, isso sugere novas pesquisas sobre História da Arquitetura, repensando a historiografia tradicional (RAGO, 2019; GÁTI, 2018); novos projetos que se atentem sobre o espaço doméstico e sua função histórica e social; novas técnicas e usos de materiais construtivos; novos discursos artísticos; novos urbanismos, que repensem as cidades a partir de quem as vivenciam; entre tantos outros caminhos possíveis de se revolucionar a prática e o conhecimento. Nesse sentido, também se propõe uma outra relação com os modelos tradicionais de discurso científico. As experiências de coletivos e militâncias universitárias trouxeram o

debate sobre a potência do lugar do afeto e da experiência para essas produções acadêmicas (HOLLANDA; MORAES; FARIAS, 2018).

Nesse ponto, vale destacar que as ações de coletivos feministas se articulam profundamente a um cenário de transformação no Ensino Superior no Brasil, em particular promovido pela adoção de ações afirmativas e pela ampliação do acesso de pessoas negras à universidade, tensionando os modos de se fazer política e saber. A esse respeito, Stephanie Lima aponta em sua tese de doutorado a relação das pautas interseccionais entre gênero e raça no ambiente acadêmico e a própria produção de conhecimento, partindo "da hipótese de que o aumento de pessoas negras nas universidades e a proliferação de sujeitos políticos negras e negros configuram um contexto que (re)organiza as fronteiras entre 'campos políticos' e 'acadêmicos'" (LIMA, 2019, p.72). Assim, a autora analisa as experiências dos corpos nos espaços que habitam como um dos caminhos possíveis para a própria produção de conhecimento e compreensão das formas contemporâneas de politização de raça, gênero e sexualidade.

Ainda, a atuação de coletivos estudantis universitários contemporâneos influencia a nova forma que criam de se relacionar entre si e com agentes externos. A esse respeito, Sarah Bustamante discorre sobre a importância dos vínculos afetivos e apoio emocional para o funcionamento dos coletivos, suas reivindicações e ações políticas.

A solidariedade é talvez o fator de poder mais importante para essa expressão universitária do movimento feminista. Os coletivos, além de terem sido formados pela mobilização de solidariedades (ou sororidades) preexistentes entre um número reduzido de mulheres conscientes das violações comuns por serem mulheres, consolidaram-se como grupos de apoio e acompanhamento às estudantes vítimas, o que, de acordo com Gamson, Fireman e Rytina, é "essencial para ativar a disposição das pessoas a levantarem a voz contra uma autoridade injusta, autoridade que talvez tolerassem caso tivessem que enfrentá-la sozinhas" (TARROW, 1997, p.55). Esses mecanismos, segundo Tarrow, criam redes de

solidariedade que permitem a manutenção das redes de base, apesar da diminuição no nível de ação coletiva. (BUSTAMANTE, 2019, p.248, tradução nossa)³

3. GÊNERO COMO CATEGORIA PARA PESQUISA

Diante do exposto, cumpre destacar que a pesquisa se assentou na compreensão de que é cada vez mais necessário tratar gênero não apenas como uma "subespecialidade" nos meios acadêmicos, mas como uma "questão epistemológica que coloca em suspensão a própria ideia de 'campos de conhecimento'" (HOLLANDA; MORAES; FARIAS, 2018, p.209). Sobre isso, Joan Scott (1995, p.88) sugere em seu artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica":

O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. [...] Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder.

Mais ainda, devemos pautar o gênero, conjuntamente às suas interseccionalidades (AKOTIRENE, 2018), a partir de sua condição de violência, que determina as relações entre sujeitos e estrutura todo um campo de conhecimento profissional. Por fim, tratar sobre as violências de gênero no meio acadêmico é acreditar e partir de uma outra possibilidade de produção de conhecimento, uma mais diversa e ainda mais transformadora.

Dessa forma, a pesquisa buscava inicialmente compreender a experiência de anos de existência do Coletivo Feminista Carmen Portinho mediante um olhar sistemático das transformações da Escola da Cidade, a partir de iniciativas estudantis. No entanto, por meio do método

investigativo adotado, seguiu por um campo de análise mais amplo, com o intuito de contemplar diferentes coletivos feministas e abordar a questão do gênero nas instituições de ensino de arquitetura e urbanismo.

Ao final, a pergunta que norteou a pesquisa foi: quais são os objetivos, desafios e conquistas de um coletivo feminista estudantil, mas especificamente, no contexto da arquitetura e urbanismo? Encontrando semelhanças e diferenças entre as distintas experiências acadêmicas, foi possível localizar o Coletivo Carmen Portinho em sua trajetória e na história das instituições contempladas, compreendendo também a importância de tais ações para a formação de novos profissionais e de arquitetas, arquitetos e urbanistas que já exercem forte influência no campo profissional.

4. TRILHAS METODOLÓGICAS

O método da pesquisa partiu de uma experiência pessoal e política de membra e representante do Coletivo Feminista Carmen Portinho e de vivências compartilhadas por estudantes da graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade como chave para uma análise mais ampla sobre violências de gênero no Ensino Superior e no campo profissional da arquitetura e urbanismo. Parte também da investigação sobre o impacto das trajetórias acadêmicas e do envolvimento com coletivos feministas nas vidas pessoais e profissionais das estudantes, que agem diretamente na produção de conhecimento no meio arquitetônico. Para isso, a pesquisa abriu-se para a interlocução com membras de outros coletivos feministas de cursos de arquitetura e urbanismo que atuam na cidade de São Paulo: o Coletivo Feminista Mayumi Watanabe, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e o Coletivo Feminista Zaha, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mack).

Nesse sentido, a fim de compreender as complexidades em torno desse debate, a pesquisa previu utilizar três eixos principais de abordagem: 1) a formação de uma bibliografia aprofundada sobre gênero,

violência, coletivos feministas e produção de conhecimento; 2) a busca por documentação de atividades do Coletivo Carmen Portinho, resultando na formação de uma linha do tempo; e 3) entrevistas com alunas e ex-alunas que já passaram pelos coletivos Carmen Portinho, Mayumi Watanabe e Zaha (totalizando sete entrevistas).

Nossa afiliação ao Coletivo Carmen Portinho e a proximidade com as situações, incluindo a presença em casos mencionados, tiveram influência no direcionamento da pesquisa. Nesse sentido, compreende-se a dimensão ética da minha posição enquanto pesquisadora e participante do coletivo, que a todo momento foi repensada e analisada como parte desse processo metodológico. Dessa forma, esta pesquisa se baseou no método etnográfico para coleta e organização dos dados que a compõem (URIATE, 2012; FONSECA, 1999), compreendendo que a etnografia não se limita a uma disciplina, mas que se trata de um método possível de ser aplicado em diferentes áreas, inclusive no campo da arquitetura e urbanismo, como aqui se dispõe (FONSECA, 2017). A influência das nossas experiências pessoais aliada ao conteúdo muitas vezes delicado e íntimo revelado nos documentos, reforçou o comprometimento ético da pesquisa para alcançar seus objetivos (FERREIRA, 2015; GAMA, 2020).

5. FAZENDO ENTREVISTAS

A escolha de entrevistas como método de pesquisa se deu pela compreensão de como um coletivo estudantil se estrutura. Os coletivos feministas estudados, de uma forma geral, não possuem uma organização fixa, sendo parte de sua dinâmica as transformações ao longo dos semestres conforme o interesse e participação das mulheres envolvidas. Assim, as histórias desses coletivos não se concentram em uma única pessoa, cargo ou documento. Muitos acontecimentos importantes para a história de um coletivo não são documentados, ou são registrados apenas para uma circulação interna mais restrita, e, por isso, dependem de relatos de pessoas que estiveram envolvidas para serem explicados.

Com isso, a elaboração das entrevistas objetivou, em princípio, memorar um relato factual da história do Coletivo Feminista

Carmen Portinho a partir das vozes de quem construiu esse movimento ao longo dos anos. Prontamente, as entrevistas se encarregaram de revelar como a militância dessas estudantes nos coletivos feministas é aliada a experiência de cada uma dessas mulheres no meio acadêmico e profissional da arquitetura e urbanismo. Dessa forma, buscou-se entender nas conversas com as entrevistadas suas memórias de coletivo, bem como suas percepções sobre o impacto do ativismo em suas vidas pessoais e profissionais, a relação com a faculdade e as transformações que notaram ao longo de suas trajetórias.

Em vista disso, além de alunas e ex-alunas da Escola da Cidade, a pesquisa contou com alunas e ex-alunas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie, que constituem o Coletivo Feminista Zaha, e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que compõem o Coletivo Feminista Mayumi Watanabe. Conversar com estudantes de outras faculdades de arquitetura e urbanismo foi interessante para alcançar vivências que não são condições de uma única instituição em particular e poder constatar as questões que estão mais amplamente ligadas ao contexto de uma mulher, estudante e arquiteta. Para isso, a elaboração de um roteiro de entrevistas foi essencial para que as respostas das entrevistadas pudessem ser comparadas e complementadas umas pelas outras, ganhando o sentido mais amplo para além das instituições citadas, e enfatizando as questões sobre os métodos utilizados pelas alunas como coletivo.

6. TRABALHO COLETIVO: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No processo de formulação, realização e transcrição das entrevistas foi possível reconhecer um acúmulo de temáticas estudadas na pesquisa. A riqueza dos relatos e reflexões produzidas nos encontros resultaram em entrevistas de conteúdos sensíveis, em que houve a exposição de sujeitos e situações de violência. Trabalhar com esse material foi um processo essencial para a pesquisa, e que a todo momento reforçava a importância do cuidado com as alunas, com as informações e com o trabalho de militâncias dos coletivos feministas.

A análise do material transcrito revelou situações, problemas, perguntas e direcionamentos comuns a diferentes entrevistadas e instituições. As percepções similares, bem como as mais diversas, das mulheres que contribuíram com suas falas contribuíram para uma abordagem encadeamento entre agentes, ações e reações. Os agrupamentos temáticos feitos a partir dessas contribuições se referem a condição das estudantes nas faculdades de arquitetura e urbanismo, a organização, função e atuação de um coletivo feminista nesse ambiente e a forma como a experiência acadêmica molda e é moldada pelas mulheres atuantes nesse meio.

6.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A existência de um coletivo feminista numa faculdade pressupõe uma organização de mulheres frente a violências de gênero naquele ambiente, em diferentes níveis e formas de expressão. Entre os coletivos estudados nesta pesquisa, essas violências se manifestaram de maneiras similares ao longo dos anos e impactaram a trajetória das mulheres, dos coletivos e das instituições com muitos pontos em comum. É notório que, nos casos analisados, a estruturação dos coletivos sempre esteve disposta a responder ao contexto da faculdade, ao passo que denúncias de assédio ou pautas mais pontuais sempre foram decisivas para a atuação do coletivo.

O início dos três coletivos coincide com o incômodo que as alunas sentiam sobre comportamentos de homens dentro das faculdades, muitas vezes sem ainda nem ter o vocabulário para direcionar essas questões. Mesmo assim, o encontro entre as alunas legitimava esse sentimento comum sobre essas práticas e as fortalecia para considerarem uma reação a essas intimidações.

Quando a gente recebeu os relatos e foi vendo como é tudo pequeno, mas quando soma ganha uma escala surreal. As frases que eu escrevi lá, por exemplo, eu tinha deixado passar totalmente, mas aí você vai percebendo o quanto aquilo tem uma atmosfera coletiva e uma importância real. (Relato de

uma aluna da Escola da Cidade sobre uma atividade realizada pelo Coletivo Carmen Portinho em que incentivava as alunas a escreverem frases problemáticas que já haviam escutado na faculdade)

Quando esses comentários de cunho machista passaram a ser lidos como assédios verbais e morais as alunas puderam se apropriar de mecanismos para lidar com esses casos. Essa designação aproxima esses casos das ocorrências de assédio físico, apresentando todas essas situações para a comunidade acadêmica com a devida seriedade e responsabilidade. Os casos de assédio físico relatados nas faculdades se manifestaram, principalmente, nas festas estudantis e, apesar de se assemelharem na forma como se deram, se diferenciam na maneira como cada faculdade repercutiu e lidou com os casos.

Com todos os casos, ao longo dos anos, os coletivos passaram a encontrar maneiras de dialogar com a instituição de ensino para que houvesse uma punição dos assediadores (alunos ou professores). Nesse sentido, as alunas encontraram uma outra barreira que teriam que lidar: os casos de violência institucional. Nessas situações, as estudantes das diferentes faculdades se depararam com a falta de recursos das instituições para receber e encaminhar as denúncias até então reunidas pelos coletivos feministas.

Mais ainda, essa carência de meios passou a ser uma pauta importante para todos os coletivos, os quais encontraram seus próprios mecanismos de diálogo com as instituições. No caso do Coletivo Carmen Portinho, por exemplo, a demanda das alunas levou a uma reestruturação da faculdade, que, até hoje, é repensada para conseguir dar conta dos ocorridos e que são trazidos à tona principalmente pela atuação do coletivo feminista. Apesar de haver essa resposta positiva da faculdade atualmente, muito foi feito até que se chegasse nessas condições, como também analisado mais profundamente na pesquisa – e, vale registrar, muito resta ser feito.

Essa violência institucional não passa apenas pela resolução de problemas levantados pelos coletivos, mas pela própria forma como a faculdade se estrutura e pelos sujeitos que a compõe. As entrevistadas

mostraram preocupação com a formação do corpo docente e de funcionários da faculdade, que muitas vezes apresenta, ou apresentava,⁴ em sua maioria, homens nos cargos de maior poder (diretoria e coordenação de disciplina, por exemplo). Esse fator impactava as alunas no que dizia respeito a com quem elas iriam dialogar quando levassem suas questões, bem como na própria formulação do curso que estava sendo apresentada na academia.

Uma preocupação recorrente entre as alunas é a desproporcionalidade entre o número de professoras mulheres em relação aos homens, principalmente no que diz respeito aos departamentos de projeto. A falta das professoras nesses cursos significa a falta de representatividade para as alunas, que buscavam referências para suas próprias formações profissionais. Além disso, essa busca por referências também se voltava para fora das próprias instituições, sendo ponto de partida para o debate da visibilidade das mulheres na história da arquitetura e do urbanismo, que passou a ser essencial nas pautas trazidas pelas estudantes.

6.2 ACOLHIMENTO

Todos os três coletivos contemplados nas entrevistas descreveram a fase inicial da sua formação de maneiras similares. Neles, a principal função do coletivo em sua formação era promover o compartilhamento de experiências entre as alunas a fim de proporcionar um espaço de acolhimento entre elas. Essa iniciativa aconteceu, de forma geral, a partir de alunas que já se conheciam e tinham interesses similares, dinâmica que foi se diversificando conforme mais mulheres se aproximavam. Essa condição fazia com que os coletivos tivessem dificuldade de serem reconhecidos nas faculdades, como se a reunião entre mulheres precisasse apresentar algum objetivo ou ação mais concreta para receber o título de uma entidade política.

Falavam que era "grupo de Luluzinha", eram "só amiguinhas", até as meninas falavam isso. Tipo, "não é um coletivo feministas, são as amiguinhas". E eu não gostava, mas eu acreditava que algum dia conseguiríamos conquistar o reconhecimento do que representávamos. (Relato de uma ex-

aluna da Escola da Cidade, presente na criação do Coletivo Carmen Portinho)

Os coletivos apontaram para a importância e para as dificuldades de contarem com o acolhimento como uma das funções dessa organização. Ao longo dos anos de atuação, cada coletivo tomou um direcionamento em relação a isso, abrindo novas frentes, ou então acumulando melhores formas de lidar, mas sempre mantendo essa como uma chave de recepção para as mulheres da faculdade. Sobre isso, todas reconhecem a importância de um coletivo feminista estudantil funcionar de acordo com cada geração que se encontra na faculdade, caracterizando o coletivo em fases que apresentam diferentes características ao longo dos semestres.

[A turma do] ano acima do meu falava sobre o coletivo ser um lugar muito pouco receptivo, que era um "grupinho" muito seletivo de meninas que já eram amigas e que se encontravam para falar sobre os problemas, mas elas não se encontravam muito naquele lugar do coletivo, porque era um lugar de apoio, muito pessoal. [...] Eu acho que era uma coisa muito rica e que elas precisavam muito naquele momento. Até porque, se hoje em dia já é ruim de machismo na EC, eu imagino que seis anos atrás com certeza era ainda pior. [...] A gente começou a querer estruturar um pouco mais e constatou que estávamos entrando em uma nova fase do coletivo, que não é só mais esse lugar de se abrir e "chorar as pitangas", até porque não tinha essa intimidade pra gente fazer isso, isso é uma coisa que foi criada. A gente começou a querer estudar, fazer grupos de estudos. [...] Eu acho que a minha entrada no Coletivo foi nesse lugar mais acadêmico, mais teórico, o que pra mim foi o meu momento favorito, honestamente. Na minha cabeça, o seu ano [2018] marcou uma nova era do coletivo, que foi um movimento de sair de dentro da EC, do casulo, de começar a se posicionar politicamente, não só dentro da EC, mas no mundo, começar a agir mais e não só pensar. Eu vejo essas três eras do coletivo. (Relato de uma ex-aluna da Escola da Cidade sobre a transformação

conforme as novas turmas foram integrando o Coletivo)

Apesar disso, as alunas reconhecem a importância de todos esses momentos para a formação política das mulheres e do coletivo atualmente. Quando enfrentaram os primeiros casos de denúncia de assédio na faculdade, estavam amparadas pela base crítica que haviam formado sobre feminismo e com referências úteis para a argumentação. Uma das entrevistadas, ex-aluna da Escola da Cidade, conta do primeiro caso em que houve denúncias contra um professor da faculdade, momento que se tornou uma das primeiras ações que o Coletivo Carmen Portinho se colocou diante do corpo docente, discente e de funcionários da instituição.

O que eu acho que foi bom é que o pessoal do coletivo que tava presente conseguiu se colocar de uma maneira muito pacífica e calma, e mesmo assim pontuar as questões. E eu acho que muito por conta de ter estudado bastante nesse último ano, de ter conseguido criar repertório para trabalhar as questões. Talvez, no começo a gente de fato fosse meio "Luluzinha", e também não tem problema nenhum. Mas eu sinto que a partir dessa conversa que as portas foram se abrindo pra que de fato a gente pudesse ter representatividade e, também, uma certa responsabilidade. (Relato de uma ex-aluna da Escola da Cidade)

A questão do acolhimento como função principal de um coletivo passou a apresentar embates internos ao passo que crescia a presença do coletivo nas faculdades. O que de início se apresentava como desabafos das alunas em reuniões passou a ser formalizado como denúncias, como uma forma de levar os casos para as instâncias responsáveis das faculdades. Esse movimento restabeleceu essas organizações, as quais tiveram que repensar o papel do acolhimento e a função dos coletivos feministas nas faculdades.

Enquanto o lugar do acolhimento parecia essencial nos objetivos iniciais dos coletivos, ao longo do tempo, o acúmulo de casos relatados fez com que as alunas passassem a querer agir sobre eles, buscando não só amparar as vítimas, mas também atuar

na faculdade para que isso não ocorresse mais. No entanto, isso se voltou para a responsabilidade dos coletivos feministas de lidarem com os casos de assédio, o que fez com que essas alunas entendessem suas potências e seus limites de atuação.

No que diz respeito ao acolhimento, os coletivos poderiam proporcionar esse espaço de troca e segurança entre as alunas, mas não tinham a estrutura para oferecer um atendimento psicológico profissional. Sobre as denúncias de assédio, os coletivos não têm poder de ação judicial, seja para atuação interna ou externa às instituições, tendo que se proteger juridicamente quando esses casos surgem. O que cabe aos coletivos é o estabelecimento de uma rede entre as mulheres e outras instâncias, seja um apoio psicológico profissional, canais de denúncia na instituição de ensino, ou de suporte jurídico para encaminhamento de casos que levam, por exemplo, a um boletim de ocorrência.

A chave do acolhimento se mostrou uma força muito grande para os coletivos feministas que se formaram a partir dessa troca, que também gerava confiança entre as alunas. Esse espaço foi onde as estudantes reconheceram um ponto de apoio e segurança na faculdade, em que poderiam compartilhar e construir uma soberania que melhoraria sua experiência acadêmica.

No entanto, conforme os coletivos foram crescendo, novas diretrizes surgiram entre as alunas. Seja a formação de um grupo de estudos mais estruturado ou a atuação como um grupo de extensão da faculdade, novas iniciativas surgiam como vontades das alunas como forma de aproveitar esse espaço de autonomia estudantil criado. Foi então que, o que antes era uma potência, passou a ser um ponto que precisava ser limitado e devidamente encaminhado, já que o desejo das estudantes não era tornar os coletivos em uma ouvidoria de relatos de assédio, apesar de ser uma demanda que surge por conta dos casos constantes e sistêmicos de violência.

Assim, as alunas compreendem a importância de direcionar as denúncias de assédio para as instituições, já que as integrantes dos coletivos já não tinham a capacitação para lidar integralmente com os casos. Nas entrevistas, tanto as integrantes do Coletivo Carmen Portinho quanto do Coletivo Mayume Watanabe relataram a

dificuldade em manter uma constância para responder as denúncias que chegavam até elas, considerando a própria rotatividade dos coletivos e sua dinâmica que se transforma a cada semestre. Dessa forma, assume-se que a responsabilidade sobre as denúncias de assédio dentro da faculdade não deveria ser do grupo de estudantes, mas sim, da própria instituição que historicamente só é notificada pelos coletivos feministas.

6.3 DIÁLOGO COM A INSTITUIÇÃO

A partir do momento que os coletivos assimilam seus limites de atuação, conforme crescem suas responsabilidades, passam a investir na relação estabelecida com as respectivas instituições de ensino. Os coletivos, que se formaram comprometidos com a legitimação das violências de gênero vividas na faculdade, recebiam denúncias e proporcionavam espaços de compartilhamento dessas experiências que aliviava o sentimento de solidão das alunas. No entanto, o que se evidenciou foi a insuficiência dos espaços de acolhimento tendo em vista a persistência dos casos, a curto e longo prazo.

A formalização de denúncias de casos de assédio, por exemplo, foi uma experiência vivida pelos três coletivos entrevistados, a qual visava a documentação oficial desses ocorridos que poderiam ter diferentes destinos. Esses registros transformam os casos, que antes eram apenas avisos e desabafos das mulheres, em queixas notificadas e de possível encaminhamento para apuração em níveis institucionais. Com a organização de provas de assédios físicos, morais e sexuais na faculdade, se torna viável a exigência de um posicionamento e ação da instituição, que se faz por meio do diálogo entre corpo discente e diretoria. Com isso, os coletivos têm o objetivo de solucionar o problema de violência de cada ocorrência denunciada e, mais ainda, de toda a cultura interna que permite a frequência desses casos.

Outro ponto muito importante nessa ponte feita entre os coletivos e a instituição é o debate sobre a responsabilidade de lidar com tais casos. O que as estudantes perceberam com essas experiências é que a falta de recursos que tinham para dar um fim aos assédios nas respectivas faculdades significava que esse era um problema

que não seria solucionado apenas pelas suas mãos. Esse cenário envolve diversos fatores, o qual exige respostas de diferentes sujeitos, seja tratando de relações trabalhistas ou de normalização de tais condutas. Isso significa que esse processo envolve o pronunciamento de estudantes, principais vocalizadoras dessas violências, a escuta e encaminhamento das denúncias por parte da instituição e a atenção e preocupação de toda a comunidade acadêmica, de forma geral, que deve compreender e se conscientizar sobre o assunto.

Nesse sentido, os coletivos passaram a se organizar com o intuito de cobrar uma responsabilização das faculdades, as quais tiveram experiências distintas em cada caso. Mesmo assim, um fator em comum entre elas foi a inexistência de canais de comunicação e apuração de casos de assédio institucional antes da demanda das estudantes. Esse pioneirismo das alunas fez com que as faculdades também tivessem que se reestruturar para lidar com as denúncias que continuavam a surgir.

Nós recebíamos denúncias e percebemos que não tinha nada pra fazer, nem a diretoria, nem a USP tinha uma política de receber nada. [...] Em algum ano surgiu esse USP Mulheres. Parece que foi uma demanda de fora, chegou na reitoria da USP e falaram que teriam que criar o USP Mulheres. Eram tipo duas professoras, banners e cartazes falando que eles tão fazendo alguma coisa, mas não tinha nenhuma ação de fato. Criaram uma comissão de direitos humanos que tinham os professores, mas ela nunca se reuniu, foi uma coisa que a gente ficou brava. E foi uma escolha de professores bem aleatória. (Relato de uma ex-aluna da FAU-USP sobre os canais de ouvidoria e apuração em casos de denúncia de assédio na faculdade)

Além disso, um outro desafio encontrado pelos três coletivos foram as relações pessoais que constituem as universidades. As entrevistadas relataram a dificuldade de dar encaminhamento a uma denúncia devido aos envoltórios cordiais, corporativistas e mesmo familiares entre o corpo docente e de funcionários das instituições. Isso complexifica o ato da denúncia, tendo em vista que as alunas reconhecem essas relações como algo que poderia atrapalhar a apuração do ocorrido e até lhes prejudicar

profissionalmente, uma vez que continuariam convivendo no ambiente acadêmico com professores próximos ao caso tratado.

Têm alguns professores do Mackenzie que são bem mais velhos e que estão para se aposentar, mas não se aposentam, e que o Mackenzie não vai demitir. Nós sabemos quem são esses professores. São os professores que são os filhos, os netos, parentes, das pessoas que fundaram a FAU no Mackenzie, que sabemos que nunca vão sair também até eles quiserem. São sempre esses professores que dão problema. As pessoas sabem e não querem denunciar, porque sabem que não vai dar nada. (Relato de uma ex-aluna da FAU-Mack).

6.4 AS MULHERES QUE CONSTROEM EM COLETIVO

O fio condutor de todas as entrevistas foi a jornada pessoal de cada entrevistada com os coletivos, com o feminismo e com a arquitetura e urbanismo. A intersecção entre essas frentes na formação dessas mulheres expõe a questão do gênero como um conflito pessoal, acadêmico, profissional e político, e que se manifesta em diferentes camadas de suas vidas.

Um dos primeiros pontos reforçados foram as relações construídas a partir dos coletivos feministas. Para muitas, uma das partes mais importantes de suas experiências foi a construção de uma rede de mulheres que estavam alinhadas nesse ativismo. Isso se desdobra em contatos profissionais, valorizando o trabalho dessas mulheres, mas também (senão, principalmente) no fortalecimento de amizades. Nos coletivos é evidente a importância do lugar do afeto que se estabelece entre as mulheres que os compõem, sendo muitas vezes as relações mais íntimas que permitem a aproximação ou a abertura para debates que talvez antes não fossem possíveis de serem estabelecidos.

Antes de entrar na faculdade, eu não lembro exatamente qual era minha relação com o feminismo. Eu com certeza considerava uma coisa importante, mas não era uma dimensão dos meus estudos, um tema de enorme interesse. Mas essa minha amiga estava procurando gente para participar, senão

o coletivo não ia existir. E, acho que é muito uma questão da minha personalidade, mas na hora que eu vi a minha amiga sozinha tentando fazer alguma coisa eu decidi ajudar. (Relato da aluna da FAU-USP sobre como começou a participar do Coletivo Feminista Mayumi Watanabe, experiência similar a outras experiências relatadas)

O termo "fofoca" foi muito usado no decorrer das entrevistas, sendo relacionado a tentativas de deslegitimar a seriedade e compromisso dos coletivos feministas, visto que o termo é usualmente associado a um grupo de mulheres que conversam sobre temas menos importantes, ou sem embasamento. No entanto, essa palavra pode conter uma potência no que diz respeito às organizações feministas que são, em sua essência, mulheres que conversam. O bar depois de uma reunião, a confraternização de final de ano e outros eventos extraoficiais dos coletivos feministas sempre foram elementos chave em suas histórias, já que são espaços propícios para o estabelecimento de laços afetivos entre as integrantes, o que permite uma maior confiança e identidade ao compartilhar experiências sobre ser mulher.

Diversas são as situações em que a denúncia de assédio sexual, por exemplo, não se dá formal ou oficialmente, mas sim no momento da "fofoca", como uma forma de desabafo ou alerta, em um tempo distinto de elaboração do ocorrido. Assim, os coletivos feministas são uma potencial subversão do caráter pejorativo do termo "fofoca", já que direcionam, por meio dos vínculos estabelecidos, em um tempo e espaço oficial o que sempre foi deixado de lado como menos importante para a produção de trabalho e da vida.

Sobre essa coletividade, as entrevistadas também apontaram a importância dessas organizações no seu entendimento de feminismo. Pensar sobre a forma como esse conhecimento vem sendo difundido hoje influencia muito o modo como as novas gerações se relacionam com o tema. Além disso, fica clara a transformação do entendimento que mulheres têm sobre suas próprias experiências de gênero a partir do momento que passam a perceber suas questões como intrínsecas a uma condição de grupos sociais.

É uma coisa que, pra mim, fez muita diferença, do jeito que eu vejo o mundo e

como eu me comporto. É completamente diferente você ler um post, um texto sobre revidar na rua ou não uma assoviada, e você ter três reuniões com muita gente pensando em formas de reagir, ou se você vai mudar o jeito de se vestir, quais são as consequências etc. É completamente diferente o nível do debate em um coletivo dessas informações que vemos individualmente. (Relato de uma ex-aluna da FAU-USP)

A construção de um feminismo a partir do coletivo também transformou as percepções das alunas sobre o que se passava e, por conseguinte, suas ações e reações a essas situações. E essas transformações impulsionaram as mudanças de todos que não estavam diretamente envolvidos com o coletivo, mas que de alguma forma se relacionavam com ele. As instituições, docentes e outros estudantes foram parte da mudança que envolveu toda a comunidade ao longo dos anos, também considerando o aumento significativo que o debate sobre a mulher teve na sociedade de uma forma geral e na cena pública brasileira nos últimos anos.

Eu sinto que essa mudança vai acontecendo tanto dentro da gente quanto dentro da instituição, então eu acho que é difícil comparar. Eu com certeza mudei muito meu comportamento dentro disso tudo. Se algum professor dava qualquer tipo de abertura de, por exemplo, ser um pouco mais "carinhoso" comigo eu já me colocava como um "não". Mas acho que aconteceu uma mudança bem grande, porque eu sinto que, o que hoje em dia é falado, antes era completamente naturalizado. Não que agora não exista, mas acho que um pouco menos. Acho que hoje as pessoas têm mais noção dessas coisas. (Relato de uma aluna da Escola da Cidade)

O relato da aluna da Escola da Cidade revela como para as alunas a transformação de comportamentos assediadores de professores, por exemplo, partia de uma assertividade delas que aprenderam, por meio do envolvimento com os coletivos feministas, a impor limites. Isso pode ser entendido como um pressuposto de um pensamento difundido e enraizado

de culpabilização da vítima, como se os assédios só ocorressem quando a mulher desse a abertura, mas também denuncia que essa é a forma como as transformações têm ocorrido. Como forma de proteção, as alunas é que foram protagonistas de suas próprias mudanças de comportamento para que, assim, os professores acompanhassem essas mudanças. Nesse sentido, nota-se a importância de um entendimento coletivo sobre assédio, visto que, aparentemente, os assediadores poderiam agir de forma reativa, testando até saberem qual é o limite imposto por cada aluna individualmente.

Na jornada das estudantes, os coletivos feministas foram os pontos de apoio para situações de violência e opressão, mas também foram, igualmente, os espaços que proporcionaram uma grande produção de conhecimento acadêmico. Com o compartilhamento de bibliografia que não é acessada no currículo obrigatório da faculdade de arquitetura e urbanismo, as alunas se empenham em uma formação paralela e complementar, praticamente autodidata.

Mesmo quando só tinham três pessoas na reunião e não sabíamos o que fazer, falávamos sobre possíveis ações. Só de pensar nessas coisas eu sinto que já fez uma diferença. De pensar em projetos, em criações, a partir dessa lente. Porque depois das oito horas da noite, quando nos reuníamos no C.A., pensávamos a partir da lente do coletivo, sabe? Eu lembro que, nessa época que estávamos fazendo as reuniões das vertentes e chamando convidadas, por exemplo, saíamos das reuniões pensando em como conectar isso com a arquitetura. E eu sinto que pra mim fazia muito sentido. (Relato de uma aluna da Escola da Cidade sobre a importância de formações coletivas sobre conteúdos de interesse comum)

Essas experiências também foram essenciais para a transformação dos cursos nas instituições. O interesse das alunas nessa temática fomentou diversas pesquisas e projetos, seja de professoras que se aproximavam por isso ou das próprias alunas que estavam iniciando uma produção acadêmica. A rede que o coletivo forma permite um compartilhamento de experiências que gera muitas perguntas de pesquisa e abre oportunidades para

que essas pesquisas sejam feitas. Nesse sentido, é possível entender os coletivos feministas como responsáveis primários pelo desenvolvimento de inúmeras pesquisas científicas que qualificam o debate dentro do campo da arquitetura e do urbanismo.

Além disso, muitas alunas relataram a importância do coletivo para o aprofundamento de debates de gênero para além de um tema de pesquisa específico. As estudantes tiveram a oportunidade de desenvolver esse interesse a ponto de se tornar uma lente a qual sempre as acompanha, independente do objeto analisado.

Do ponto de vista profissional, eu não pretendo ter um enfoque de gênero no meu TCC, por exemplo, porque não é do meu interesse, no momento, ter esse enfoque. E como enfoque eu digo literalmente valorizar o gênero como o recorte que eu estabeleço. [...] Eu não pretendo entrar em um grupo que se especializam nesse tipo de pesquisa de gênero, apesar de estar sempre ouvindo podcast, vendo palestras, lendo sobre isso. Estou sempre pensando nisso, de um ponto de vista mais estrutural agora, sabe? Como não dá para separar, não estou fazendo um recorte, não estou focando, simplesmente. [...] Esse tipo de coisa, que eu acho que é um esforço constante que a gente tem que ter, mas que, tendo discutido feminismo na minha graduação, se torna um movimento muito mais natural. (Relato de uma aluna da FAU-USP)

Somado a isso, a questão do gênero também é um ponto importante para as estudantes que passaram a perceber a sua presença nos espaços de arquitetura e urbanismo como um ato político e transformador. Quando se fala de mulheres na arquitetura e urbanismo, muitas vezes não é necessário referir-se a mulheres que pesquisam relações de gênero, mas simplesmente, mulheres que atuam no campo profissional de forma ampla. Aqui se vê a importância de entender como a presença do corpo nesses espaços é parte de um contexto de tensões políticas. Mais importante ainda é quando esse corpo tem consciência dessas tensões. Trata-se de tirar o peso de que para transformar o campo

profissional é preciso falar diretamente sobre um tema único que intersecciona arquitetura e urbanismo e feminismo, quando, na verdade, as próprias relações de trabalho em si dizem respeito a isso também.

Acho que eu ainda estou tentando descobrir esses lugares, estou me formando agora, então eu não sei. É interessante, porque antes de eu entender o que era arquitetura eu já entendia o que era feminismo e eu aprendi o que era arquitetura também a partir de dessa perspectiva. Eu escolhi essa ótica ao longo de toda a minha graduação. Não foi só o meu TCC, foi o trabalho da aula de história, foi fazer um seminário e escolher o tema gênero e arquitetura, fazer em projeto uma cooperativa para mulheres etc. Eu sinto que em todos os momentos que eu consegui falar de gênero durante a faculdade, eu fiz. Isso foi muito rico, porque é legal você ter um foco, sendo gênero, sendo bioconstrução, sendo outra coisa que você gosta. Foi muito legal pra mim ter esse foco e ter essa conexão com as minhas amigas, com as meninas da sala. Nós compartilhamos isso e quando fazemos um trabalho, criamos conexões, não só entre as coisas da faculdade, mas das referências que ganhamos com o coletivo, as pessoas que conhecemos, e tudo isso. [...] Por exemplo, ser próxima de uma pessoa mais velha que eu não teria me aproximado normalmente. Aí você tem essas pessoas que você admira e você vê o que elas estão fazendo e como as discussões de gênero vão entrando nos trabalhos das pessoas de diferentes formas. [...] Eu nunca tinha pensado em seguir uma carreira acadêmica, por exemplo, nunca tinha pensado em mestrado, e, agora, é uma coisa que eu quero estudar. [...] O coletivo me levou para lugares, fez eu conhecer as pessoas certas, e uma coisa leva a outra. Você vai criando uma rede de contatos e eu fico muito feliz com a rede de contatos que eu criei para mim, porque é uma rede de mulheres fodas. [...] Tem uma questão da atuação profissional mesmo, com quem você escolhe trabalhar, o que você escolhe projetar, assim como uma aproximação com o lugar teórico que eu não sabia que era possível. Eu nunca me vi como uma pessoa intelectual, então é

muito interessante ver como escrevi uma monografia e agora me vejo interessada nesse lado, quase como se fosse uma pessoa que eu não conheço, sabe? Abre muitas portas o coletivo. (Relato de uma aluna da Escola da Cidade)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, que tinha como objetivo inicial aproximar-se da história do Coletivo Feminista Carmen Portinho, foi capaz de abarcar um conjunto ainda maior de experiências estudantis encadeadas às experiências de gênero. O levantamento de relatos e documentos conta uma trajetória ainda em andamento sobre os objetivos, desafios e conquistas dos diferentes coletivos feministas contemplados, traçando, ainda, uma relação com o contexto em que se davam nas respectivas faculdades de arquitetura e urbanismo.

Os coletivos feministas, que surgiram como uma reação às violências sistemáticas nas faculdades, se transformam conforme cresce sua atuação e envolvimento das alunas, passando a ser um movimento muito mais ativo de prevenção a tais violências e de desenvolvimento de projetos. A forma de organização desses grupos também sinaliza uma transformação em serem capazes de operar conforme as demandas das alunas e da faculdade. Assim, o que antes era um funcionamento autônomo, horizontal e flexível, passa a contar com distribuição de cargos e comprometimento maior das integrantes, que devem responder a atribuições mais específicas e aprofundadas.

Com isso, o que se nota é a constante busca das estudantes por uma estrutura que não tem um modelo pré-definido, mas que tem como pressuposto a militância coletiva. Seja por não receberem a prioridade nas práticas acadêmicas e profissionais ou então pelas experiências distintas que as novas gerações chegam na faculdade, se faz necessária a versatilidade sobre a qual os coletivos feministas se constroem.

Essa maleabilidade abre espaço para o questionamento de como os coletivos se encontram atualmente e quais são suas tendências para o futuro. Os três coletivos contemplados nesta pesquisa relataram as dificuldades que passam desde a pandemia da Covid-19, que impactou diversos pontos

nos grupos. O primeiro deles foi a reorganização imediata, já que houve a interrupção de encontros presenciais por quase dois anos nas instituições de ensino, obrigando as alunas a reconsiderarem suas ações de maneira remota, dependendo muito mais de redes sociais e outros meios virtuais. O segundo ponto foi a dificuldade de se conectar com as novas turmas que ingressavam na faculdade, principalmente considerando o que também foi apontado na pesquisa da importância das amizades e outros vínculos afetivos para a formação dos coletivos. A terceira dificuldade é a que lida com as consequências dessa conjuntura, sobretudo a partir de 2022 e o retorno das aulas presenciais, em que os coletivos devem pensar como se reestruturar e se reconectar, também levando em conta como as novas gerações entram na faculdade, a partir de diferentes experiências e percepções de debates feministas.

Além disso, a pesquisa apontou para a responsabilidade das instituições em seguir e promover as transformações em conjunto aos movimentos do corpo discente. Quando os conflitos de gênero passam a ser pauta de formação das faculdades, há o diálogo entre diferentes cargos que, mesmo que ainda muito hierarquizados, formam a comunidade acadêmica. Essa situação permite a variação entre funções e exige que os coletivos repensem seus papéis e seus objetivos. No caso da Escola da Cidade, a criação da Comissão de Diálogo (2016), do Código de Ética (2017) e, mais recentemente, da Cartilha "O que é assédio? Caminhos para seu enfrentamento na Escola da Cidade" (2020) mostra um evidente processo de progressão desencadeado pela revisão dos caminhos tomados e novas demandas das estudantes organizadas em um Coletivo e da instituição. Uma hipótese é que esses passos poderiam levar às denúncias de assédio não passarem mais pelo Coletivo Carmen Portinho, sendo feitas diretamente às entidades responsáveis da instituição. Nesse sentido, o Coletivo não se responsabilizaria mais pelo encaminhamento da denúncia em si, podendo ser mais responsável pela fiscalização e aprimoramentos de tais processos, ou então ter a oportunidade de ter mais tempo e recursos para o seguimento de novos projetos.

De maneira geral, a pesquisa agregou um olhar sobre as contribuições dos coletivos feministas para as faculdades e, mais ainda, para o campo profissional e acadêmico da arquitetura e urbanismo. Essas contribuições devem ser analisadas a partir dos conteúdos

levantados pelas alunas, essencialmente o debate da mulher na chave do feminismo, mas também pela forma que esses assuntos são abordados. Pensar no coletivo como método é uma forma de reconsiderar a produção acadêmica tradicional, reconhecendo que são nos coletivos em que se buscam novas referências, novas práticas e novas formas de se fazer e pensar a arquitetura e o urbanismo.

Ainda, a atuação dos coletivos exige que as faculdades pensem sobre qual é o lugar do cuidado nas instituições de ensino. Reconhecer que esse é um papel geral da comunidade acadêmica e valorizar os movimentos estudantis pode ser a chave para um ensino mais atualizado, capaz e acessível. Por fim, é considerar que as novas práticas profissionais e acadêmicas para a arquitetura e urbanismo já circulam entre as estudantes há anos, as quais estão transformando os espaços que ocupam a partir da lente feminista.

NOTAS

1. Em relação aos coletivos contemplados nesta pesquisa, o Coletivo Mayumi Watanabe (FAU-USP) foi criado no início de 2015 e o Coletivo Zaha (FAU-MACK) surgiu a partir de uma ação no início de 2016.
2. Texto original: La acción colectiva puede presentarse principalmente de tres formas: violenta, convencional o disruptiva; tiene tres fuentes de poder: la capacidad para desafiar a las autoridades, para generar incertidumbre y para incentivar la solidaridad; y su éxito depende de la posibilidad de explotar las oportunidades políticas y de crear marcos para la acción colectiva (TARROW, 1997). Lo que se plantea a continuación es una descripción de los procesos de adopción de medidas para responder a las violencias de las cinco universidades y su relación con las categorías que definen la acción colectiva, evidenciando su rol clave en la adopción de compromisos institucionales.
3. Texto original: La solidaridad es tal vez el factor de poder más importante para esta expresión universitaria del movimiento feminista. Los colectivos además de haber sido formados por la movilización de solidaridades (o sororidades) preexistentes entre un reducido número de mujeres conscientes de las vulneraciones comunes por ser mujeres, se consolidaron como grupos de apoyo y acompañamiento a las estudiantes víctimas, lo cual, de acuerdo con Gamson, Fireman y Rytina, es "esencial para activar la disposición de los individuos a alzar la voz contra una autoridad injusta, autoridad que quizá habrían tolerado en caso de tener que enfrentarla solos" (TARROW, 1997, p.55). Estos mecanismos, según Tarrow, crean redes de solidaridad que permiten el mantenimiento de las redes de base a pesar de la disminución en el nivel de acción colectiva.
4. Há casos ao longo dos anos em que isso já foi considerado, impulsionada pela atuação dos coletivos, como por exemplo, a determinação na Escola da Cidade de haver pelo menos uma professora mulher entre o grupo de professores que compõem a disciplina de projeto em cada semestre.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.

BUSTAMANTE, Sarah Valentina Forero. **Ante las violencias contra universitarias: acción colectiva, estudiantil y feminista.** Revista Nómadas, Universidade Central da Colômbia, v.51, p.243-255, out, 2019. Disponível em: http://nomadas.uccentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_51/51_14f_ante_violencias_contra_universitarias.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

CAU/BR. **1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo.** Cauabr.gov.br, 2020. Disponível em: <https://www.cauabr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CAU/BR. **Inédito: visão completa sobre a presença da mulher na Arquitetura e Urbanismo.** Cauabr.gov.br, 2019. Disponível em: <https://www.cauabr.gov.br/inedito-visao-completa-sobre-a-presenca-da-mulher-na-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ESCOLA DA CIDADE E COLETIVO FEMINISTA CARMEN PORTINHO. **O que é assédio? Caminhos para seu enfrentamento na Escola da Cidade.** São Paulo: Associação Escola da Cidade, 2021.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. Pesquisar e participar da formulação de uma causa pública: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil. Campos, v.14, p.195-216, 2015.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação.** Revista Brasileira de Educação, n.10, p. 58-78, 1999.

FONSECA, Cláudia. **"Lá" onde, cara pálida? Pensando as glórias e os limites do "campo" etnográfico.** Mundaú, v.1, p.96-118, 2017.

GAMA, Fabiene. **A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla.** Anuário Antropológico, [S. l.], v. 45, n. 2, p.188-208, 2020.

GAZI, Andréa. **Esposas: a consorte nas parcerias profissionais entre arquitetos.** Revista Arquitetas invisíveis, v.2, p.23-26, mar. 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; MORAES, Andrea; FARIAS, Patrícia Silveira de. Na academia. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário.** Institutoavon.org.br, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/17R-bdbLgFp2xn-FWfhc7_c1Ll5Y2Fjn/view. Acesso em: 20 jun. 2021.

LIBA, Fernanda. "Abre caminhos, firma rodas": as encruzilhadas do Baque Cidade. São Paulo, Monografia de Conclusão de Curso, Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2020.

LIMA, Stephanie. "Nós negros e LGBT estamos aqui!": raça, gênero e sexualidade na ação política em universidades brasileiras. Revista Conexão Política, Universidade Federal do Piauí, v.08, n.1, p. 71-90, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexao politica/article/view/9389/5465>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e memória. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.371-388.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SOBRE A AUTORA

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Escola da Cidade em 2023.

lucianofernandes@gmail.com